

DISCURSO INAUGURAÇÃO DO CIJUS

Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.

As leis não bastam. Os lírios não nascem

da lei.

(Nosso Tempo -Carlos Drummond de Andrade)

A) Sim. Nosso poeta está certo. As leis não bastam!

Apesar de toda a proteção social decorrente dos Tratados internacionais, da Constituição Federal, das leis ordinárias e de normas infra legais. Apesar de toda a organização das mais diversos órgãos públicos, do Judiciário e do sistema de justiça temos sido terreno árido para o nascimento de lírios para grande parte da população. O fracasso das nossas ações até aqui pode ser representado pelos seguintes números:

DADOS ESTATÍSTICOS

1 – Mapa da Fome; (Mais de 60 milhões de brasileiros estão em situação de [insegurança alimentar](#) moderada ou grave, o que significa que um em cada três brasileiros não possui acesso aos alimentos necessários para saciar a sua fome.)

2 – Desigualdade Multidimensional (Concentração de renda, falta de acesso aos serviços públicos, desrespeito às diferenças identitárias);

2.1 Desemprego – IBGE - no primeiro trimestre deste ano, era de **11,3%** entre os que se autodeclaravam **pretos**, **6,8%** entre os **brancos**.

2.2 – IBGE - “A taxa das mulheres é 50% maior do que a dos homens. Mulheres -10,8%, enquanto entre os homens - 7,2%.

3 – IPEA – População em situação de Rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil (2022);

5 – IBGE – As pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e a renda. A taxa de analfabetismo para as pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto para as pessoas sem deficiência foi de 4,1%; Rendimento do trabalho das pessoas com deficiência é 30% menor que a média Brasil;

4 – Trans – Pelo 14º ano seguido o Brasil é o país que mais mata no mundo (Foram 131 mortes em 2022); Segundo relatório da Antra a expectativa de vida é de 35 anos.

B) Tribunal da Justiça Social na Paraíba

Diante desse quadro de desigualdade crônica e injustiça social defendo que as instituições devem buscar se reinventar. A função do nosso tribunal, por exemplo, não pode se restringir apenas a prestar a jurisdição, julgando processos no caso concreto e resolvendo conflitos no âmbito das relações de trabalho.

Nossa atuação na defesa da democracia e da dignidade humana, no fortalecimento da cidadania, no acesso à justiça das pessoas em situação de rua, no combate ao trabalho infantil, na luta pela erradicação do trabalho escravo, na construção de uma justiça antirracista, na igualdade de gênero, na garantia de oportunidades às pessoas com deficiência, na promoção do trabalho decente e dos objetivos de desenvolvimento sustentável demandam inovação, criatividade e atuação proativa que transcendam as páginas dos processos eletrônicos.

O Tribunal tem um papel importante a desempenhar para além das salas de audiência, para além dos muros dos fóruns. E é nesse sentido que hoje O Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região apresenta o **Centro Integrado da Justiça Social – CIJUS**:

C) CENTRO INTEGRADO DA JUSTIÇA SOCIAL

Espaço que ofertará diferentes serviços voltados às pessoas regularmente empregadas, bem como àquelas que vivenciam a situação de desemprego, que buscam oportunidades de trabalho e renda ou que recorrem ao Estado para suprir seus direitos fundamentais. Esse espaço também se destinará às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência ou que se encontram nas mais diferentes situações de violação de direitos humanos.

O conceito de centro integrado será, portanto, um equipamento social, articulador de diferentes serviços à população que se fundamenta na ética do cuidado com as pessoas em situação de vulnerabilidade social. No país marcado por profundas desigualdades, o compromisso com a Justiça Social é um dever constitucional, político-institucional, e uma forma de contribuir com as ações afirmativas e reparatórias voltadas à dignidade humana.

A criação do CIJUS representa uma articulação entre o TRT da 13ª Região e as instituições que atuam nas mais diferentes políticas públicas e esferas. Integrando parceiros estratégicos, que atuam no acesso à justiça, na garantia da empregabilidade,

na oportunidade de formação profissional e na promoção dos direitos fundamentais, o CIJUS se tornará um polo social voltado para a oferta de serviços aos cidadãos, garantido-lhes que no mesmo espaço tenham acesso aos serviços prestados pelos seguintes parceiros:

TRT 13ª Região

- Garantir o acesso Justiça sobretudo das pessoas desassistidas de advogados, daquelas partes excluídas digitalmente, **pessoas em situação de rua!** ;

- informações processuais;

- Espaço para realização de audiências pré-processuais e de conciliação;

- **LIS - Laboratório de Inovação Social** - O primeiro andar do prédio conta com estrutura de salas de aula, de reunião, de informática para a realização de treinamentos e desenvolvimento de projetos voltados para o fomento da empregabilidade e capacitação profissional da população em situação de vulnerabilidade social.

- **PROJETO RUAS QUE FALAM** – iniciaremos já na próxima semana. Será desenvolvido com parceiros estratégicos (CentroPop, IFPB etc.) e será voltado para as pessoas em situação de rua. Contará com ações socioassistenciais, dinâmicas de acolhimento e integração e etapas de formação.

Instituições Parceiras

- o Governo Estadual, através da Secretaria da Mulher e Diversidade e da Secretaria de Desenvolvimento Humano;

- o Governo Municipal através do SINE-JP;

- a Defensoria Pública do Estado;

- O Ministério Público do Trabalho;

- As organizações do Sistema S (SENAC, SENAI, SEBRAE);

- **ESPAÇO MULTIUSO** (diversas outras instituições e organizações não governamentais que poderão atuar de forma temporária em projetos e ações específicas);

Para além do oferecimento de serviços, o CIJUS está congregando instituições no esforço comum de oferecer **oportunidades de transformação social.**

Ressalta-se que o CIJUS tem o compromisso preferencial com as pessoas e coletivos que tiveram suas trajetórias de vida marcada pela exclusão social, tornando-se espaço para uma cultura dos direitos humanos, que será vivenciada de forma permanente, nas suas diferentes dimensões. Nesse sentido, serão prioridades da gestão o atendimento às pessoas em situação de rua, comunidades e povos tradicionais, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, além do enfrentamento à exploração do trabalho infantil e a defesa dos direitos das mulheres e da equidade de gênero no mundo labor.

A criação do Centro Integrado da Justiça Social fortalece de forma efetiva o compromisso do TRT 13 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da ONU, dentre os quais destaco ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 5 – Igualdade de gênero; ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – Redução das desigualdades; ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

Fortalece, portanto, o compromisso do TRT 13 com a cultura dos direitos humanos e com o Sistema de Justiça, para o enfrentamento das desigualdades sociais historicamente produzidas.

D) CONCLUSÃO

Os lírios, sim, podem nascer das leis!

Por fim, Vou pedir uma licença poética e com ousadia encerrarei esse breve discurso discordando do trecho final do poema de Drummond. **Os lírios, sim, podem nascer das leis!**

O CIJUS é uma tentativa de fazer nascer lírios a partir das leis! Aliás, o CIJUS em si, é um pequeno lírio que acaba de **brotar** e que será **cultivado** com o empenho e parceria de todos nós e estou certo de que irá **florescer**, transformando-se num espaço público de acolhimento, empático, de respeito às diferenças e à dignidade da pessoa humana, um lugar de materialização de oportunidades e de promoção dos direitos humanos.

Muito obrigado!

João Pessoa, 30/10/2023